

Advogados irão ao Supremo para impedir voto aberto

GUSTAVO KRIEGER,
FABIANO LANA E
VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA — Os advogados estão tomando o lugar dos políticos na tropa de choque do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Cada vez mais temeroso de uma derrota no Conselho de Ética, que deve aprovar o início do processo de cassação, ACM prepara-se para uma batalha no Supremo Tribunal Federal. Caso o Conselho insista em votação aberta para o relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ACM vai tentar um mandado de segurança que paralise o processo.

ACM conta com dois dos mais experientes e famosos advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernicchiaro. Ontem, os dois acompanharam toda a leitura do relatório de Saturnino. Sentaram-se um metro atrás do senador Waldeck Ornellas (PFL-BA), porta-voz da bancada carlista no Conselho. Bastos assoprava palpites para Ornellas enquanto este apresentava questões de ordem.

Waldeck chegou preparado à reunião do Conselho. Pediu à consultoria legislativa do Senado que preparasse argumentos jurídicos para várias questões de ordem. Para evitar enganos, aferiu-se ao roteiro. Leu cada palavra dos textos preparados, incluindo citações em latim. A primeira briga será sobre a forma de votação do relatório de Saturnino. Os advogados de ACM defendem o voto secreto. Alegam que a Constituição prevê o sigilo do voto em todas as etapas do processo de cassação de um parlamentar. O presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS) discorda, e já

definiu que o voto será aberto. Para Ramez, o processo de cassação ainda não começou.

É preciso entender o longo e complicado caminho deste processo. O relatório de Saturnino propõe a abertura de um processo de cassação contra ACM e o senador José Roberto Arruda. Se o Conselho de Ética aprovar a proposta, ela será encaminhada para a mesa diretora do Senado. É a mesa quem decide pela abertura do processo. A partir deste momento, os acusados não podem mais renunciar ao mandato. Da mesa, o projeto volta ao Conselho de Ética, para vota-

ção do mérito. Passa pela Comissão de Constituição e Justiça, que examina sua legalidade e chega ao plenário.

Tebet argumenta que a votação só passa a ser secreta depois que a mesa diretora abre o processo. "Por enquanto, é apenas uma votação preliminar, para saber se o caso continua", argumenta. Os defensores de ACM contra-atacam, baseados no próprio parecer de Saturnino. Em vez de propor simplesmente a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar, Saturnino propôs a abertura de um processo de cassação. "Ele avançou o sinal ao adiantar a pena", diz Márcio Thomaz Bastos. "Com isto, se parecer deixa de ser um mero relatório de averiguação para transformar-se em processo de cassação".

O advogado argumenta que, ao votar o relatório de Saturnino, os 16 integrantes do Conselho de Ética estarão antecipando sua posição sobre a perda de mandato de ACM e Arruda. "Por isso, o voto deve ser secreto". Mas poucos crêem no sucesso desta argumentação.